



Aprovado reajuste salarial da Segurança Pública

(foto Carlos Kilian)



Sevidores acompanharam as discussões e votações, lotando as galerias do plenário

As galerias do plenário estiveram lotadas por policiais militares, civis, bombeiros e servidores do sistema penitenciário e proteção ao menor, na tarde de quarta-feira (12), para a votação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 28/03, de origem do Executivo, que trata da remuneração dos servidores e da reorganização da estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e que foi aprovado por unanimidade pelos parlamentares.

Com a aprovação por 34 votos, a proposta autoriza o Executivo a implementar reajus-

tes que variam de 25% a 93%, em escala gradativa, a partir de janeiro de 2004 até o final da administração Luz Henrique da Silveira.

Uma longa discussão foi travada pelos deputados durante a apresentação das diversas emendas e sub-emendas. Quatro delas foram aprovadas. A única polêmica, de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), equipara os salários dos peritos criminais aos de delegados e deve ser vetada pelo governador, conforme antecipou o secretário da Segurança Pública, deputado João Henrique Blasi, que acompanhou a votação.

Página 7

CPIs

Udesc

Na sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT) e relatada pelo deputado Dado Cherem (PSDB), foram ouvidos os depoimentos dos professores do Centro de Ciências Agroveterinárias de Lages, Adil Vaz, e do curso de Engenharia Mecânica do campus de Joinville, Gustavo José Fleury Charmillot. Estavam presentes também os deputados Wilson Vieira - Dentinho (PT), Simone Schramm (PMDB), Reno Caramori (PP) e Antônio Ceron (PFL), além de dezenas de alunos da universidade que compareceram ao plenarinho, usando nariz de palhaço como forma de protesto.

Dívida Pública

Salomão Ribas Júnior, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), afirmou à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública, na segunda-feira (11), que o valor da dívida estadual em 31 de dezembro de 2002 era de R\$ 10,32 bilhões. Segundo explicou, compõem o montante como passivo financeiro a dívida flutuante (R\$ 926,28 milhões), e como passivo permanente a dívida interna - formada basicamente por três grandes contratos de refinanciamento (R\$ 8, 15 bilhões) -, a dívida externa (R\$ 574,65 milhões) e credores diversos (R\$ 669,55 milhões).

Página 4

Esculturas de Pedro Dantas

Bailarinas, bailarinos, uma Mãe Terra, um pensador e um Cristo, criados pelo artista plástico Pedro Dantas, ocuparam a Galeria de Arte Meyer Filho, de 10 a 14 deste mês, na exposição *Imortalizando a Dança*. Bronze, em sua maioria, e resina sintética são os materiais prediletos do artista, que os transforma em peças esbeltas, alongadas e expressivas. Baiano de nascimento, iniciado nas artes da dança, pintura e escultura em São Paulo, Pedro Dantas, 62 anos, está radicado em Blumenau desde 1979.

A maioria de seu trabalho reproduz bailarinos em passos e movimentos, às vezes num solo, outras em conjunto. Dantas começou a dançar aos sete anos de idade, incentivado pela tia que o criava, ela também artista, trapezista. Trabalhou como profissional em São Paulo e Rio e aos 20 anos foi para a Europa. Foram 20 anos de atuação em grupos da Itália e Alemanha até receber um convite para dirigir a Escola de Ballet do Teatro Carlos Gomes, em Blumenau. (CAR)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Depoimentos comprovam descontrole financeiro na Casan

As quatro testemunhas que prestaram depoimento na noite de quarta-feira (12) à Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan confirmaram a existência de descontrole na área financeira da empresa. João Lealdino da Silveira, gerente contábil da empresa; Marcos Antonio Veloso, chefe da Di-

visão de Recursos Internos; Adir Alcides de Oliveira, gerente financeiro e Pedro Antônio Franzmann, ex-gerente financeiro, ratificaram ainda que isso ocorre há mais de 10 anos, pelo menos.

Silveira, o primeiro a depor, disse que não existe controle individu-

alizado para cada ação trabalhista e esclareceu que os lançamentos contábeis não identificam as ações, reclamantes ou os depósitos judiciais. "Há a necessidade de se buscar o documento para se ter mais clareza. Na verdade, a razão da empresa carece de clareza de identificação", informou. (CA)

Página 5

Privilegiar os pagamentos ao FMI é erro

Os organismos financeiros internacionais consideram-se credores privilegiados em razão de um certo "consenso" existente na comunidade de negócios do hemisfério norte. Eles argumentam que eram os únicos a outorgar empréstimos quando poucos estavam dispostos a fazê-lo. Todo o governo que se queira passar por patriótico, e sério, deveria saber que existe um estreitíssimo vínculo entre a comunidade financeira internacional, o FMI, o BID e o Banco Mundial. Portanto, deveria saber que grande parte do colapso econômico deve-se, justamente, aos empréstimos que esses organismos brindaram ao Brasil sem levar em conta a capacidade de pagamento. Muitos desses empréstimos sustentaram, por anos, uma irreal sobrevalorização da moeda brasileira, particularmente, durante as crises mexicana, asiática e russa, com o claro propósito de sustentar o receituário neoliberal aplicado pelo Governo FHC. Esses créditos denunciaram a fragilidade da economia nacional provocando a fuga de capitais e de ativos financeiros do país. Essa evasão, avaliada em bilhões de dólares, foi imensamente maior se comparada ao aporte internacional. Todas as dificuldades enfrenta-

das pelo Brasil foram resultado da sua fiel obediência aos ditames e recomendações provenientes dos organismos que têm sede em Washington. Só esses fatos deveriam ser suficientes para que esses "generosos" credores fossem os últimos da lista quando estivesse em discussão o pagamento da dívida pública. O Fundo Monetário Internacional segue reclamando maiores compensações aos bancos, o incremento das tarifas dos serviços públicos e um maior superávit fiscal. Todos esses reclamos implicam em maiores saídas de recursos do país, maiores desvalorizações do real, expansão das exportações em detrimento das necessidades do mercado interno, com as conseqüências que todos nós conhecemos, melhor seria reestruturar o pagamento da dívida, redesenhando os acordos de tal modo que os grandes responsáveis pelas sucessivas crises fossem, também, os maiores prejudicados na ordem cronológica dos créditos. O que fazemos é perverso com a Nação. Privilegiamos o carrasco a custo de sacrifícios do setor produtivo nacional, do desemprego e do estrangulamento dos programas sociais como se os brasileiros estivessem fadados a servir, eternamente, aos interesses do capital internacional.

Deputado estadual Pe. Pedro Baldissera (PT)

Intervenção equivocada nas câmaras municipais

Após mais uma reunião do Fórum Parlamentar Permanente, para tratar da questão da redução de cadeiras nas câmaras de vereadores em Santa Catarina, com a presença de autoridades catarinenses na área, Dr. Michel Cury, Dr. Manoel Del Olmo, Dr. Luciano Buligon e do jurista paulista, Dr. Mayr Godoy, especialista em Direito Municipal, cada vez me convenço mais da intervenção exagerada e equivocada do Ministério Público, no caso específico do questionamento da fixação do número de Vereadores pelas Câmaras Municipais.

Escutando as ponderações e a interpretação da Constituição Federal, pelo Dr. Mayr Godoy, tem-se a convicção de que a intenção do legislador constituinte, ao fixar os parâmetros das alíneas "a", "b" e "c", do art. 29, da Constituição Federal, quis deixar ao poder discricionário dos legisladores municipais a incumbência de atender as necessidades de cada município, de acordo com as necessidades regionais, ou seja, conforme a extensão territorial, a quantidade de distritos e suas respectivas representatividades nas câmaras municipais. É aquela representação política indispensável à existência do Estado

Democrático de Direito, inserido no art. 1º, dos Princípios Fundamentais, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Outrossim, analisando algumas contestações de ações civis públicas, realizadas por renomados advogados catarinenses, chega-se a conclusão de que alguns juízes estão dando sentenças sem a devida atenção ao princípio do contraditório, pois a análise do mérito relega a segundo plano as fundamentações jurídicas ali oferecidas. Inclusive, até pedido de inconstitucionalidade de inciso IV do art. 111, da Constituição Estadual, tem passado despercebido, quando este já foi modificado pela Emenda nº 24, de 29 de outubro de 2002.

A concordância mútua do Ministério Público e Judiciário, quando este acolhe a ação, deixa de atender a ponderação dos advogados e, conseqüentemente, a justiça como instrumento da cidadania. O Estado deixa de cumprir com o dever constitucional.

É aí que temos de concordar com o desagrado crescente da população, em pesquisa recente, de que as duas instituições mais desacreditadas no Brasil são o Judiciário e a Política.

Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)

Alesc em Portugal

Especialista em assuntos do Mercosul, Políticas Brasileiras e mestre em Administração Pública, o professor e deputado Celestino Secco (PP) foi um dos brasileiros palestrantes do *Investe Brasil*. O deputado Dado Cheren (PSDB) também participou do encontro. O evento, realizado e coordenado pela Escola Superior de Atividades Imobiliárias de Lisboa e Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, aconteceu de 27 de outubro a 2 de novembro, em Portugal.

Durante o encontro, Secco citou o saneamento básico como um dos setores promissores para o relacionamento comercial entre os países irmãos. Destacou a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento que en-

contrem soluções inovadoras e adequadas às realidades brasileiras, como as inúmeras carências desta área. Mostrou que no Brasil, em um universo de 5.507 municípios existentes em 1998, apenas 3.851 municípios são atendidos por 27 companhias estaduais de saneamento, afirmando que, com a incapacidade dos Estados e Municípios de encontrar soluções viáveis, a criação de parcerias de municípios com empresas portuguesas especializadas neste setor poderá constituir-se em alternativas inovadoras e vantajosas para empresas públicas e privadas. "Trata-se de um setor onde o Brasil carece de experiências bem sucedidas, e os exitosos experimentos portugueses poderão ser aproveitadas pelas instituições brasileiras". (SP)

(foto arquivo)



Deputado Celestino Secco

O Leitor

oleitor@alesec.sc.gov.br

■ Pergunte ao deputado ■

pergunteaodeputado@alesec.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesec.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tilmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Homenagens

110 anos da Banda da PM

Jornalista Roberto Alves

(foto Carlos Kilian)



Sub-tenentes Almir Martins, Almir José da Silva e o coronel Valmir Cabral, chefe do Estado Maior da PM, recebem placa da deputada Odete

A Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina esteve no Legislativo, na noite de segunda-feira (10), para receber uma homenagem, em sessão solene, proposta pela deputada Odete de Jesus (PL), pela passagem dos 110 anos de sua fundação.

“Para nós é um privilégio fazer essa homenagem aos que constroem o dia-a-dia do nosso povo, deixando a nossa vida mais leve, valorizando a arte e a cultura, além de cumprir com o seu papel de defender o cidadão”, falou o deputado Volnei Morastoni (PT), abrindo a sessão.

Composta por 40 músicos, a banda é regida pelo maestro sub-tenente José de Amorim. A deputada Odete lembrou a diligente dedicação dos militares para

realizar o trabalho. “Por trás dessa farda existem verdadeiros artistas”, elogiou.

Valmir Cabral, chefe do Estado Maior da Polícia Militar, informou que os policiais trabalham em Itajaí, Balneário Camboriú, Florianópolis, entre outros municípios. Os componentes da mesa foram recepcionados pelo

deputado Reno Caramori (PP). Durante o evento, os hinos foram executados pela banda, com o baritonô Giovane Cascais Pacheco interpretando o de Santa Catarina.

A sessão foi encerrada após a deputada Odete entregar uma placa comemorativa à Banda. (DAB)

Autoridades estaduais, familiares, amigos e colegas de profissão de Roberto Alves prestigiaram a sessão solene realizada na noite de terça-feira (11) no plenário, atendendo a requerimento do deputado Cesar Souza (PFL), em homenagem aos 46 anos de carreira do jornalista. A sessão foi presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), vice-presidente da Casa, e prestigiada por parlamentares de todas as legendas.

Natural de Florianópolis, Roberto iniciou suas atividades profissionais em 1957 como operador de som na Rádio Guarujá, na Capital. Em 1970, ajudou a implantar a primeira televisão de Florianópolis, a TV Cultura. De lá para cá o jornalista tem sido destaque no setor de comunicação como cronista esportivo. Desde 1998 tra-

balha no Grupo RBS.

Um pouco de sua vida pessoal e profissional foi contada ao público presente pelos deputados Cesar Souza e Lício Mauro da Silveira (PP), este último falando em nome de todos os parlamentares. Cesar Souza lembrou que seu ingresso na televisão foi pelas mãos do homenageado. Lício lembrou a infância de Alves no “campo do manejo”, onde hoje está instalado o Instituto Estadual de Educação e sua trajetória profissional pelo rádio e pela televisão, inclusive com a cobertura de duas Copas do Mundo.

Ao final da solenidade, Roberto Alves fez seu pronunciamento e bastante emocionado relatou as dificuldades vividas. “Jamais imaginei que um dia teria tanta importância. Obrigado Santa Catarina”. (RMPP)

(foto Alberto Neves)



O deputado Cesar Souza, Alves, familiares e amigos

Consciência Negra

Por proposição do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PP), a Assembléia realizou sessão solene na manhã de quinta-feira (13) para lembrar Zumbi dos Palmares, que em 20 de novembro de 1695, com sete guerreiros, tombou depois de anos de resistência. A data marca a Semana da Consciência Negra. Para Duduco, antes de ser um herói negro, Zumbi foi um herói brasileiro. O parlamentar tornou a repudiar episódio em que funcionários de seu gabinete foram abordados de maneira racista por policiais militares. Em demonstração de reconhecimento de que a atitude de alguns policiais não reflete a da Corporação, entregou uma placa ao policial negro Valério Vieira.

Também foram agraciados com placa Valmor Serafim da Silva (gari da Comcap), Roseli Pereira da Luz (margarida da Comcap) e Paulino de Jesus Cardoso (representante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros). Foram homenageadas, ainda, a professora Eliete, da Escola Antonieta de Barros (Florianópolis), a antropóloga Ocinéia dos Santos Rosa, que implantou o SOS Racismo, e a 1ª cidadã samba da Capital, Ivonete de Souza Soares. Em nome dos parlamentares, o deputado Vilson Vieira - Dentinho (PT), autor de proposta tornando obrigatório o ensino da história negra nas escolas catarinenses, destacou a importância do negro na trajetória do País. (SD)

(foto Jonas Lemos Campos)



Vários grupos se apresentaram durante a sessão

10ª Festa do Churrasco

Realizada pela primeira vez, oficialmente, em 1985, a Festa Nacional do Churrasco de Bom Retiro, em sua 10ª edição, foi lançada no dia 12 em evento na Assembléia Legislativa.

A festa está marcada para acontecer de 25 a 28 de março de 2004. A primeira edição, na verdade, aconteceu em 1983, na fazenda de Norival Werlich. Como a pecuária sempre foi o forte da economia do município que integrava a rota dos tropeiros, a Festa transformou-se numa oportunidade para divulgar e resgatar a história local. “Pela primeira vez estamos preparando a nossa grande festa com antecedência. Queremos e vamos oferecer aos catarinenses e a quem vier de qualquer lugar do Brasil, o me-

lhor da nossa terra”, salientou o prefeito Jair José Farias, referindo-se à data de realização.

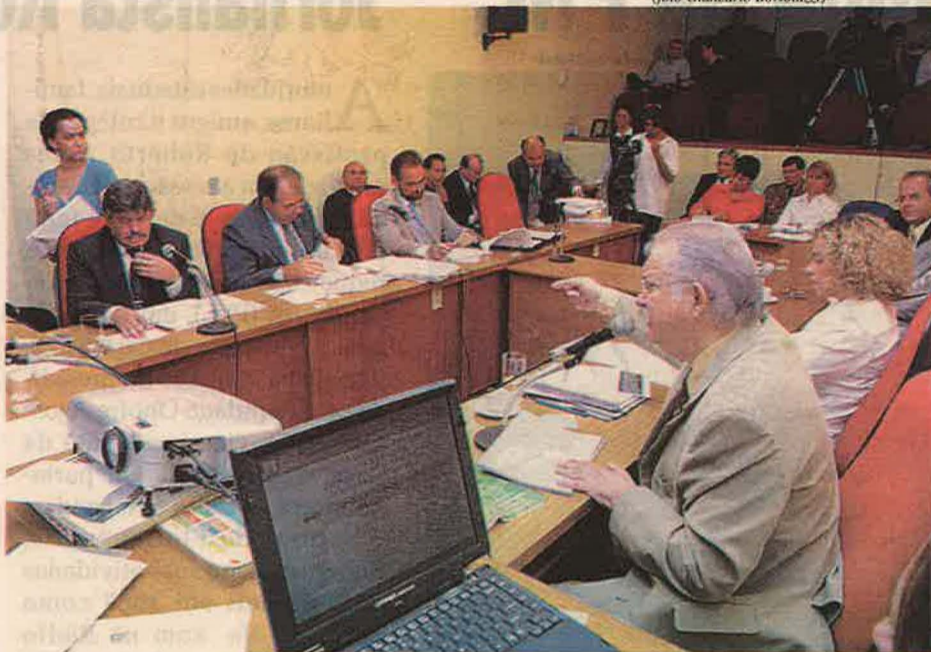
O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), frisou a importância deste tipo de evento para Santa Catarina, colocando o Legislativo estadual como uma das “vitrines” para divulgação das potencialidades dos municípios. Além de Morastoni, prestigiaram o lançamento – que contou com apresentações musicais e de dança típicas da região –, os deputados Manoel Mota (PMDB), Sergio Godinho (PTB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Reno Caramori (PP), Genésio Goulart (PMDB), Antônio Ceron (PFL), Djalma Berger (PSDB) e Jorginho Mello (PSDB). (MMV)

Conceito de risco fiscal é base das divergências

Sheila Dziedzic

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Salomão Ribas Júnior, disse acreditar que a divergência entre os valores apresentados entre o ex-governador e o atual possam ter surgido a partir da inclusão dos valores de risco fiscal (letras, INSS Fundações Educacionais, Ipesc) e a consideração das dívidas das empresas estatais como dívida pública. O caso do INSS - cuja dívida tem contestação judicial do Estado - não é risco fiscal e o não repasse de recursos às fundações educacionais, conforme ele, caracteriza descumprimento de mando constitucional.

O presidente do Tribunal esclareceu aos parlamentares, como a deputada Ana Paula Lima (PT), que no caso das estatais a responsabilidade do Executivo é apenas em caso do patrimônio líquido ser negativo. Caso a Celesc fosse liquidada, citou como exemplo, o Estado só seria responsável pela dívida da empresa na proporção de suas ações. O relator da CPI, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), quis saber por que, no cálculo da dívida em 31 de dezembro de 1998, constavam valores referentes à emissão de



Ribas Júnior durante depoimento aos parlamentares da CPI

letras do Tesouro estadual e, em 2002, esse item foi retirado. De acordo com Ribas Júnior, por força de decisão judicial as letras deixaram de ser consideradas dívida pública, passando a ser consideradas como risco fiscal em função da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de maio de 2000.

Invesc e Besc

Situação semelhante ocorreu em 1995, com a Santa Catarina Participação e Investimento S.A (Invsc), operação que captou R\$

100 milhões no mercado financeiro para investimento em obras e que teve como garantia debêntures permutáveis em ações da Celesc. Benedet quis saber ainda se a federalização do Besc pode se transformar em uma grande dívida para o Estado. O presidente do TCE disse que sim, mas que se o banco for vendido, Santa Catarina irá receber o valor correspondente entre o preço da venda e do que for repassado a título da federalização. Em resposta ao deputado Antônio Car-

los Vieira - Vieirão (PP), Ribas Júnior disse que a situação de desequilíbrio financeiro do Besc já havia sido levantada antes de 1997.

Também esclareceu ao deputado Vieirão que o desempenho financeiro orçamentário do Estado melhorou em comparação a análise das contas das administrações de 1998 e 2002. "Aumentou a dívida, mas também a receita. Houve maior equi-

líbrio financeiro das contas do Estado, além de redução das despesas e reequacionamento dos prazos de financiamento. As dívidas tiveram prazos alongados", explicou. Benedet chamou atenção para o fato de a dívida ter dobrado de valor de 1998 (R\$ 5,4 bilhões) para 2002 (R\$ 10,32 bilhões). "Agora vamos querer dissecar os contratos e verificar a origem destes valores e onde eles foram aplicados. Pois em quatro anos a dívida simplesmente dobrou".

O presidente da CPI, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), chamou atenção para o fato de terem sido apresentados pelo governo atual três números diferentes para o valor da dívida, constantes em cartilha específica, em carta enviada ao servidor estadual e em documento assinado pelo diretor de contabilidade do Estado e pelo diretor de auditoria geral. Kleinübing quis ainda a confirmação da necessidade de autorização prévia ao Executivo para aquisição financeira de bens e se esta é considerada uma operação de crédito. Ribas Júnior afirmou que essa atividade é considerada, segundo a LRF, uma operação de crédito. Sem o pedido de autorização prévia ao Legislativo Estadual, Banco Central e Senado, seria uma forma de burlar a capacidade de endividamento. "O TCE não enfrentou ainda nenhum caso desta natureza".

Para Kleinübing, o depoimento do presidente do Tribunal de Contas foi extremamente esclarecedor, pois foi baseado em dados do balanço geral do Estado e no que o TCE considera pertinente. Será feita análise dos documentos e depoimentos ocorridos até agora e, se surgirem lacunas a serem esclarecidas, novos depoimentos serão marcados.

CPI da Udesc

Depoimento aponta má administração na Universidade

Tatiana Kinoshita

O primeiro a depor foi o professor Adil Vaz, que fez graves acusações de superfaturamento na compra de equipamentos para o Centro de Ciências Agroveterinárias. Segundo ele, as universidades estaduais e federais podem comprar equipamentos importados sem pagar impostos, o que pode diminuir bastante os custos finais da aquisição. O processo é longo. Primeiro a universidade precisa ser credenciada no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). O professor precisa apresentar um projeto de pesquisa e pede-se o material necessário para a universidade na qual trabalha, que faz o pedido para a empresa, paga via Banco do Brasil e aguarda a entrega dos produtos. Os recursos usados podem ser tanto da própria Udesc como da Financiadora de Estudos e Pro-



Adil Vaz

jetos (Finepe), no qual o professor também é credenciado. Entre as irregularidades apontadas por Vaz, a aquisição de materiais importados cujo valor em nota fiscal ultrapassava em até 250% o valor do produto no catálogo de compra, ou mesmo importados que poderiam ser comprados a um valor bem menor do que outros. "Posso citar o exemplo de dois GPS que foram pedidos a 30 mil dólares. Depois de verificar o pedido, fiz um segundo orçamento, no qual eles sairiam a 11 mil dólares", afirmou. "Além da grande diferença de preços, os equipamentos pedidos em meados de 2001 não chegaram até hoje", completou.

Além disso, os valores apresentados pela Udesc para a Cenpec não estão todos corretos, uma vez que alguns equipamentos foram apresentados como uma compra em conjunto, o que não ocorreu

em muitos casos. "O que está ocorrendo, no mínimo, é má administração e abuso com o dinheiro público", completou.

Dinheiro da Funcitec foi mal utilizado

Já o professor Gustavo Fleury informou que entre os anos de 1991 e 1992 foi realizado um projeto de modernização da Udesc junto ao Funcitec, que liberou 6 milhões de dólares para a Udesc modernizar os seis centros da universidade, sendo que 70% deste montante seriam destinados para infra-estrutura de laboratório, ensino, pesquisa. "O problema é que uma grande parte deste dinheiro foi destinado para outros fins, entre eles o projeto de urbanização e paisagismo da reitoria, além de custear cursos de mestrado em universidades particulares para funcionários da universidade que não faziam parte do corpo docente", denunciou.

Apesar da Udesc pres-

tar contas para a Funcitec, foi apurado pela Procuradoria da República, em Joinville, que a Universidade apresentou duas notas fiscais iguais para a Funcitec e para a Finepe. "Parte dos recursos foram mal utilizados e uma parte, inclusive, foi usada para pagar as contas normais da Universidade", contou. "Outra irregularidade é que o montante da verba do projeto era toda depositada na conta da Udesc, sendo que ela deveria ter aberto uma conta específica para receber esse dinheiro", completou.

A falta de investimentos no campus que acolhe a Engenharia Mecânica fez com que o curso tirasse nota B no último provão realizado pelo MEC. "Se tivéssemos realizado todas as reformas necessárias poderíamos oferecer um curso ainda melhor aos nossos alunos", argumentou.



Gustavo Fleury

Estatal não tem controle contábil

Carlos Agne

Apesar da precária situação financeira da Casan, de acordo com os testemunhos, é costume deixar que sobras de depósitos judiciais - referentes a ações trabalhistas com sentença definitiva e alvarás já exarados pela Justiça-, permaneçam fora de seu caixa. "O descontrole é tamanho que, em um dos casos verificados pela CPI, R\$ 1,18 milhão disponível desde fevereiro só entrou nos cofres da empresa em julho", contou o presidente da Comissão, Dionei Walter da Silva (PT).

Marcos Veloso, chefe da Divisão de Recursos Internos, sob cuja responsabilidade estão o pagamento de fornecedores, tesouraria e conciliação de contas, admitiu a falta de critérios nos procedimentos. Salientou que ficou sabendo de "falhas gritantes" no controle dos processos ao voltar de férias, informado pela assessoria técnica da CPI. O atual gerente financeiro, Adir Alcides de Oliveira, também

admite a falha.

Os depoentes da noite ficaram surpresos em saber, através do deputado Antonio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), que em fevereiro de 2003 foram lançados na contabilidade da estatal R\$ 4.287,83, referentes a uma penhora que deveria ser cobrada da Celesc. "São casos dos mais absurdos. Nesse último, a Casan pagou a indenização trabalhista de um funcionário da Celesc. Além disso, no dia 12 de novembro, constatamos que a contabilidade da empresa, do mês de setembro, ainda não estava fechada", apontou Mariani. O deputado Pedro Baldissera (PT) também participou da 15ª reunião da CPI da Casan e tem atuado em investigações em diversas cidades do Estado.

Advogados estão envolvidos

Convicto de que os documentos recolhidos e os depoimentos até agora prestados à CPI da Casan comprovam irregularidades, o relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), acredita que o

Ministério Público e, conseqüentemente, a Justiça, punirá com severidade os envolvidos nos processos de indenizações trabalhistas, objeto de investigação da Comissão. O parlamentar afirmou que já possui fortes indícios que até agora comprovam o envolvimento de dois advogados da Consultoria Jurídica (Cojur) da empresa em saques de sobra de processos judiciais - cujo número acabou sendo depositado em conta particular -, além de associação a advogados que defendiam servidores com ações trabalhistas contra a Casan.

Mariani informou que, numa regional do Oeste, determinado advogado da empresa - o nome não revelou para não atrapalhar a condução do processo que está sendo instaurado no Ministério Público -, instigava servidores a entrar com ações trabalhistas e associava-se aos advogados de defesa dos reclamantes. "Essa é apenas a ponta do

iceberg. Não chegamos a concluir sequer 10% dos trabalhos na CPI e já encontramos fatos que são caso de polícia" observou o parlamentar. Em outro caso, a Comissão identificou, em Videira, uma sobra de R\$ 23 mil que 'dormiu' por mais de um ano numa instituição financeira.

O presidente da Comissão revelou ter informações oficiais da

CEF de São Miguel do Oeste, dando conta de que um advogado sacou R\$ 13,3 mil de sobras de um processo e depositou em uma conta particular. O deputado suspeita que este não se trate de caso isolado. O Ministério Público está acompanhando todos os casos, inclusive ouvindo depoimentos e muitos procedimentos já estão sendo adotados, informou.



Depoimentos duraram quatro horas

PPA e Orçamento 2004 sofrerão ajustes

Técnicos da Coordenadoria do Orçamento da Assembleia iniciaram ainda na noite de quarta-feira, dia 12, juntamente com equipe da secretaria estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, análise das peças orçamentárias do Estado para o próximo ano, afim de proceder a correções apontadas pelo relator na Comissão de Tributação e Finanças, deputado Antônio Ceron (PFL). O parecer preliminar foi aprovado na manhã de quarta-feira. O encaminhamento para o trabalho conjunto entre os técnicos do Executivo e Legislativo foi feito em reunião de líderes realizada no final da tarde na sala da Presidência.

Até segunda-feira, 17, eles devem apresentar ao menos um primeiro estudo para efetivar as correções no Orçamento 2004 e no Plano Plurianual de Ações (PPA) 2004-2007. De acordo com o deputado Jorginho Mello, líder da bancada tucana e relator do PPA, o encaminhamento também vai permitir que se trabalhe as reivindicações apontadas pela população nas audiências do orçamento regionalizado.

Erros - Segundo o deputado Antônio Ceron, várias ações integram a proposta orçamentária e não estão contempladas no PPA. O 'lapso' envolve as secretarias de infraestrutura, educação, administração, os encargos gerais e transferência aos municípios; dotações orçamentárias destinadas às secretari-



Na mesma reunião, Finanças apreciou PPA e ouviu o CDL

as regionais. Existem ainda discrepâncias entre valores destinados à mesma rubrica nas duas peças do Orçamento estadual. Caso da Defensoria Dativa, para a qual estão previstos para 2004 recursos de R\$ 6 milhões e, para os quatro anos de vigência do Plano Plurianual, apenas R\$ 800 mil. O relator apontou ainda, que os riscos fiscais que têm as letras do tesouro do Estado lançadas para pagamentos de precatórios, a Invesc, Ipesc e o financiamento para saneamento básico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD)

para a Casan, precisam ser ajustados nas duas peças.

Inicialmente está mantida a data de 24 de novembro para apresentação do parecer final sobre o Orçamento. Ceron acredita que, se as correções forem desenvolvidas pelo Executivo até o final da próxima semana, será possível cumprir o calendário previsto com a votação em plenário até o dia 15 de dezembro, data prevista para o recesso parlamentar. O Orçamento do Estado tem previsto para 2004 uma receita de R\$ 8,8 bilhões. Para investimentos, a previsão é de R\$ 430 milhões. (MMV/SD)

CDL na Finanças

Atendendo a uma solicitação da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), a Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), reuniu-se no dia 12 com o Superintendente da Alfândega e Receita Federal, Mário Reifegerste, e com o presidente estadual da CDL, Sido Gessner Júnior.

Os comerciantes reclamam que as doações feitas pela Receita Federal de produtos apreendidos como contrabando estão caracterizando concorrência desleal. As doações são feitas a entidades beneficentes como Associações de Pais e Amigos do Excepcionais (Apaes), creches, asilos e hospitais que realizam bazares e feiras para a venda destes produtos gerando renda.

Em busca de uma solução o impasse, Ceron propôs que seja mantido um canal de negociação entre Receita Federal, CDL e entidades beneficiadas. Para o deputado Rogério Mendonça (PMDB), uma solução possível seria que a receita fizesse uma distribuição mais igualitária entre as entidades de todos os municípios catarinenses. O deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP) sugeriu que a Receita Federal oriente às entidades sobre a maneira de conseguir estes produtos. Outra sugestão apresentada é que seja feito leilão dos produtos para os comerciantes, que repassariam o valor a ser pago pelos produtos diretamente às entidades. Porém, o superintendente da Receita esclarece que para isso seria necessário alteração da lei de licitações. (SD)

Crédito para pesca em discussão

A Comissão de Agricultura promoveu audiência pública para tratar do crédito rural e pesca, na quinta-feira (6), no município de Imaruá. O evento foi presidido pelo requerente, deputado Genésio Goulart (PMDB), que atendeu a pedido do prefeito municipal, Pedro Roussenq e do secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente, Roque Gonzalez Justino.

Segundo Roussenq, 2.800 famílias vivem da pesca e da agricultura, mas somente 40 delas desfrutam do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "O nosso sistema de financiamento é muito burocrático, tem inibido o acesso dos pe-

quenos agricultores ao crédito".

"Faremos o possível para que não exista mais tanta burocracia, para que, assim, possamos dar condições de trabalho para o agricultor e para o pescador", asse-



Roussenq e Genésio Goulart



Jaime Nunes, pescador durante 48 anos, reclamou da falta de leis que impeçam a pesca no período de desova e o descaso com os profissionais

gurou Maria de Fátima Souza Martins, secretária do Desenvolvimento Regional de Laguna. O Pronaf, reclamaram os presentes, exige mui-

tos papéis e garantias dos futuros financiados, que muitas vezes não possuem a escritura do terreno e por isso são barados. Outra reclamação é a inexistência de agência do Banco do Brasil em Imaruá, o que dificulta o acesso ao crédito.

Alfredo Filomeno, representante da Epagri, salientou que o Pronaf está elaborando formulários para que os agricultores e pescadores sejam cadastrados para diminuir a burocracia, mas frisou que o compromisso da Epagri é com a elaboração dos projetos "e não com a liberação do dinheiro". O representante do Banco do Brasil, Evilásio Cardoso, disse que o banco está fazendo acordos com os sindicatos para tentar agilizar e financiar a liberação do crédito e criando parcerias com as colônias de pescadores.

O presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Ivo da Silva, elogiou o Banco do Brasil, instituição que - conforme Ivo -, liberou R\$ 3 milhões para os pescadores rurais. "Algumas colônias foram 100% atendidas e outras apenas 20%", concluiu. (DAB)

CCJ aprova audiências

O plano de gerenciamento costeiro de Santa Catarina será discutido em audiências públicas conjuntas da Comissão Constituição e Justiça (CCJ) e Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano. A primeira acontecerá no dia 8 de dezembro, em São Francisco do Sul.

A CCJ também aprovou a realização de audiência pública, com a participa-

ção da Comissão de Ética do governo federal, para a discussão de formas de controle, compromisso moral e postura ética. A proposição tem origem em dois projetos do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da CCJ, que propõem a criação de uma Comissão de Ética e a instituição do Código de Conduta da Administração Estadual. A data ainda não foi definida. (SD)

Relatório trimestral do SUS

Atendendo requerimento da Comissão de Saúde, a secretaria estadual de Saúde, representada pela secretária-adjunta, Carmem Zanotto, fez a prestação de contas do órgão, referente ao 3º trimestre de 2003, aos parlamentares integrantes, cuja sessão foi presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL).

Dados apresentados pela

secretária mostram que a dívida inscrita em "restos a pagar" na fonte 40, em 31 de janeiro deste ano, era superior a R\$ 32,89 milhões e, em 30 de setembro último, foi reduzida para R\$ 1,73 milhão.

Sobre as ações do Plano Plurianual (PPA) em andamento, constam a estruturação do Sistema de Infor-

mações em Saúde; o desenvolvimento de uma política de articulação intra-institucional; estudo para a viabilidade organizacional das Gerências Regionais de Saúde; capacitação dos conselheiros de saúde e definição de um plano de estratégias políticas e operacionais para os exames de média e alta complexidade. (RMPP)

Mostra Documental

O Centro Ode Memória e a Divisão de Documentação promovem, a partir do dia 17 deste mês, a *Mostra Documental do Legislativo*, onde manuscritos e fotos contam fatos relevantes e pitorescos do parlamento e da sociedade catarinense desde 1835.

A abertura será às 19 horas, na Galeria Meyer Filho, e a exposição está aberta ao público até o dia 28. Constam da Mostra, documentos e fotos recuperados do incêndio da sede do Poder, em 1956.

Vera Lúcia Faria, diretora da Divisão de Documentação, diz que muitas fotos não estão identificadas e, caso alguém reconheça alguma pessoa ou lugar, entre em contato com o Centro da Memória pelo telefone (48) 221-2762. Quinze álbuns estarão a disposição dos visitantes, bem como uma fala transcrita do Imperador Dom Pedro II, documentos que relataram a greve dos deputados ocorrida em 1962, a 1ª iluminação pública da Ilha de Santa Catarina, o 1º mapa do Mercado Público, entre outros. (DAB)

Aeroporto de Navegantes

A autorização provisória para a internacionalização do Aeroporto de Navegantes para receber vôos de países do Mercosul, já a partir de dezembro, deve ser concedida pelo governo federal. Em mais um périplo pelos ministérios e órgãos competentes em Brasília no dia 11, o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), esteve com o assessor para Relações Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, que garantiu empenhar-se pessoalmente na agilização da alocação de pessoal (Receita Federal, Polícia Federal, Agricultura, Saúde) e na intermediação da redução das taxas de embarque, hoje correspondendo a mais da metade do valor da passagem.

"Segundo Garcia, esta é uma questão em que o próprio presidente Lula pediu empenho, pois interessa às relações do Mercosul", contou Morastoni. Com relação às taxas, o fato do Conselho Nacional de Aviação Civil ter decidido esta semana flexibilizar os valores por região, abriu caminho ao menos para a redução em território brasileiro. Garcia também vai intermediar uma reunião com o Ministério da Defesa, em no máximo duas semanas, onde será apreciada a autorização provisória. "Há possibilidades de a autorização permitir o trânsito de vôos internacionais comuns, não apenas os chamados vôos charter (fre-

tados)", anunciou. Garcia vai levar o assunto também ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Pesca - No Ministério do Meio Ambiente e na Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Volnei Morastoni discutiu o conflito entre os pescadores artesanais e industriais, principalmente da sardinha e do atum, na região do entorno da Reserva do Arvoredo. "Convidei o José Fritsch, com quem estive pessoalmente, e a ministra Marina Silva, através de seus assessores, para estarem nos dias 21 e 22 deste mês em Itajaí. Haverá uma reunião de trabalho no Centro de Pesquisas do Ibama para iniciarmos uma mediação deste conflito que está aumentando". O objetivo, assinala o parlamentar, é estabelecer regras e normas que permitam a convivência entre os artesanais e os industriais. "Eles (pescadores artesanais e industriais) já estão chegando a um pré-acordo, para que, durante os próximos dois anos, sejam discutidas as questões de forma pontual em meio a uma convivência pacífica", explicou Morastoni. Antes do encontro em Itajaí, o parlamentar agendou encontro no dia 17, com a ministra Marina Silva e com Fritsch, para entrega de documento elaborado pelas duas partes. (MMV)

Segurança Pública

Parlamentares debatem por mais de duas horas

Precedendo a votação de cada emenda, e do próprio projeto, os parlamentares fizeram suas últimas avaliações da proposta para o pessoal da Segurança Pública, encerrando o ciclo das discussões feitas nas Comissões. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), salientou que o projeto visa reajustar no mínimo 25% do salário, nos segmentos de base da categoria. "Essa será uma conquista histórica, é justo que os segmentos de base tenham esse aumento. Mas não podemos esquecer que temos responsabilidade fiscal, somos favoráveis e queremos aprovar o PLC".

Antônio Ceron, líder do PFL, salientou que, desde a entrada do PLC na Casa, no dia 30 de setembro, o partido foi favorável. "Propusemos um acordo de lideranças para que fosse votado ainda na mesma semana, para que a categoria tivesse aprovado e sancionado o mais breve possível, embora só entre em vigor a partir de janeiro".

"É necessário que essa classe garanta o sustento de sua família, para que assim, dedique-se ao máximo ao seu trabalho. Não podemos esquecer que esse aumento é virtual, é necessário que a categoria se mantenha mobilizada caso o governador não implante o reajuste de imediato", enfatizou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT).

Nelson Goetten (PFL) informou que o aumento salarial não consta no Orçamento de 2004. "É necessário que a classe continue mobilizada, pois o Orçamento é uma peça real e o reajuste não consta nela". (DAB)

Governo - O secretário estadual da Segurança, deputado João Henrique Blasi, avaliou de forma positiva a votação. Entretanto, é contrário à emenda aditiva nº 1 (veja no quadro). "Ontem (11) já me reuni com os peritos e disse que não concordava com a aprovação desta emenda. Na sanção, o governador poderá vetar ou não o que achar necessário", afirmou. (TK/DAB)

As emendas

Emenda aditiva nº 1 - enquadra os peritos criminalísticos no sub-grupo de perito oficial da Polícia Civil;

Sub-emenda nº 2 - regulariza a situação dos peritos criminalísticos, médicos legistas, químicos legistas e odontologistas;

Emenda nº 6 - determina que o Executivo envie ao Legislativo um projeto tratando da situação do Sistema Prisional e do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator;

Emenda nº 8 - que dispõe sobre a gratificação de atividade especial ao Corpo de Bombeiros.

Deputada elogia JASC e lança proposta



Deputada Ana Paula

A deputada Ana Paula Lima (PT) foi à tribuna na terça-feira, 11, para fazer uma homenagem a todos os atletas catarinenses, principalmente os de Blumenau, cidade que sediou os Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc) deste ano e que conquistou o título de Campeã Geral do evento.

Ana Paula fez um resumo histórico dos Jogos, lembrando que a competição foi criada em 1960 pelo brusquense Arthur Schloesser. Segundo ela, foi desta iniciativa que se revelaram para o Brasil atletas catarinenses do porte de Ana Moser, Fernando Scherer, Guga, entre outros, e que neste ano revelou um grande nadador, Eduardo Fischer, de Joinville.

A edição dos Jogos em Blumenau bateu o recorde histórico de 101 delegações participantes, totalizando cerca de sete mil atletas. A cidade participou de todas as modalidades com uma delegação de

502 atletas. "Nesta campanha, Blumenau conquistou 31 troféus e 139 medalhas. Esse resultado representa o acerto da opção feita pelo investimento nos atletas da casa", comentou. "Quero lançar o desafio a esta Casa para aprovarmos um projeto no qual pretendemos criar a Bolsa-Esporte, uma lei simples, mas que vai contemplar os atletas que precisam do apoio governamental para prosseguir em suas carreiras", afirmou. (TK)

Projetos aprovados

Viagem do vice-governador

Na terça-feira (11), autorização de viagem para o exterior do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, no período de 18 de novembro a 1º de dezembro. Na Áustria, ele visitará pequenas centrais hidrelétricas, na Bélgica, os terminais de recebimento de gás, e na França, empresas do setor de energia elétrica. O deputado Joares Ponticelli (PP) sugeriu que seja incluído maior número de compromissos oficiais na viagem. "São apenas cinco compromissos para 10 dias".

Amigo do Meio Ambiente

Na sessão plenária de quarta-feira (12) o projeto de lei que institui o título de *Prefeito Amigo do Meio Ambiente*, de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), no qual, o governador do Estado, através da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (Fatma), concede o título aos três administradores municipais que melhor tratarem os resíduos sólidos urbanos gerados pelo município.

A avaliação para a escolha dos municípios que deverão receber a denominação ficará a cargo de uma comissão designada por técnicos da Fatma e da Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual. Os títulos serão entregues, anualmente, em sessão solene a ser realizada na Assembléia Legislativa pela passagem da Semana do Meio Ambiente.

Revisão salarial do TCE

Na quarta-feira (12), os Projetos de Lei 408 e 409/03 que tratam, respectivamente, do reajuste de 1% e do abono de R\$ 100 para os vencimentos até R\$ 6 mil, aos servidores do Tribunal de Contas do Estado. Matérias semelhantes a estas já receberam o aval dos parlamentares, atingindo funcionários públicos do Estado dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Moção

Por iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT), que ocupou a tribuna demonstrando indignação pelas ofensas proferidas pelo deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) contra a deputada Maria do Rosário (PT/RS), na terça-feira (11) no Salão Verde da Câmara dos Deputados, em Brasília, moção de apoio e irrestrita solidariedade à parlamentar por suas corajosas e determinadas ações na defesa das crianças e dos adolescentes. A proposição determina ainda veemente repúdio ao parlamentar pelas injúrias e afrontas descabidas cometidas contra Maria do Rosário, além de ressaltar que sua atitude fere a imagem do Poder Legislativo brasileiro e se constitui num inaceitável ato de discriminação e desrespeito contra a mulher. (RV/DAB/SD/CA)

Agenda

Dia 17, 14 h - Reunião da CPI da Udesc
Local: Sala das Comissões

Dia 17, 18h30min - Sessão solene em homenagem ao bicentenário de nascimento de Manoel Paranhos da Silva Velloso, 1º Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no Império
Local: Plenário

Dia 17, 19 h - Abertura da Mostra Documental do Poder Legislativo, organizada pelo Centro de Memória e pela Divisão de Documentação
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 18, 20 h - Posse da Presidência do Fórum da Mulher Catarinense - Associação Catarinense da Mulher Portadora de Câncer
Local: Plenário e Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 19, 18 h - Reunião da CPI da Casan
Local: Sala das Comissões

Dia 19, 19 h - Sessão solene em comemoração aos 20 anos da CUT/SC
Local: Plenário

Dia 20, 18 h - Concessão de honraria de mérito a José Carlos Pisani
Local: Plenário

Política de energia elétrica

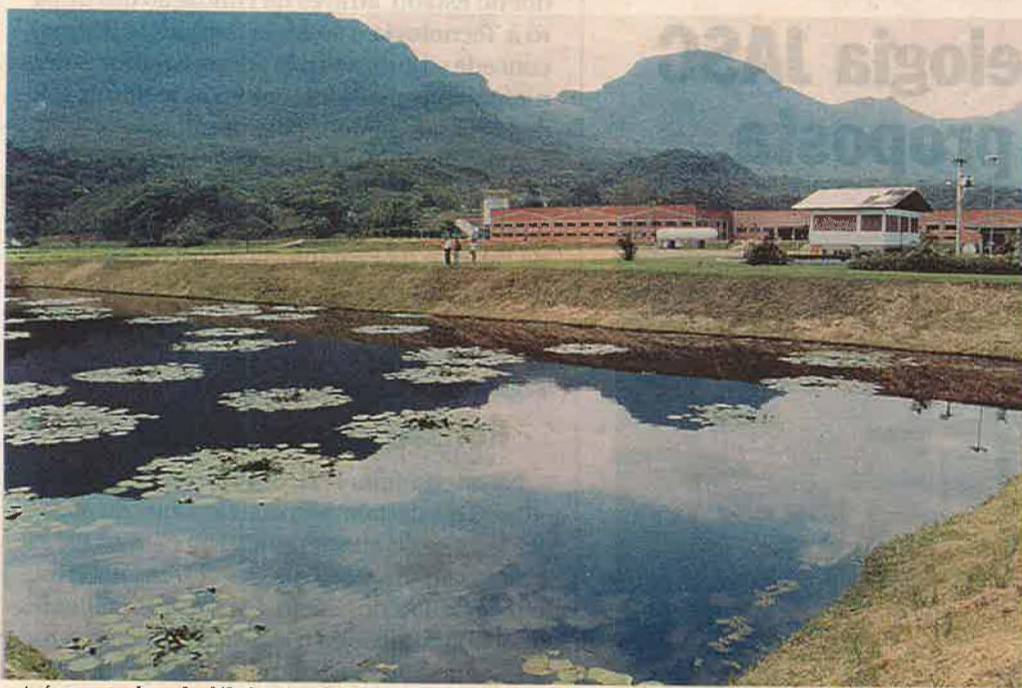
O deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT) ocupou a tribuna na terça-feira (11) para falar sobre as empresas de energia elétrica. "Para que a economia brasileira volte a crescer, aumentando a geração de riqueza e criando novos empregos, é preciso garantir a infraestrutura necessária à expansão das economias", salientou.

Segundo ele, o que dificultou o desenvolvimento foi a transferência do

patrimônio público para o setor privado. Lembrou que o setor de energia elétrica foi privatizado em partes, dificultando o planejamento do setor energético. "O compromisso com a ampliação dos investimentos não foi cumprido. Na década de 80, os investimentos apresentavam uma média anual de 13 bilhões de dólares. Entre 1994 e 2000, a média dos investimentos não atingiu 5 bilhões de dólares", assinalou. (DAB)

A preservação ambiental como filosofia de gestão e integração

Localizada numa área de 500 mil metros quadrados juntinho da Serra do Mar, entre Corupá e Jaraguá do Sul, a fábrica de beneficiamento de tecidos Lunelli, nascida há 12 anos, recebe no próximo dia 28 o segundo prêmio deste ano na área de ecologia. O projeto Preservar é Amar, dirigido a crianças das escolas de primeiro grau da rede pública, ganhou o Prêmio CNI 2003 de Ecologia na categoria Educação Ambiental. O primeiro prêmio deste ano, recebido em agosto na Federação das Indústrias de Santa Catarina, foi a menção honrosa do Prêmio Fritz Müller 2003, pela recuperação da mata ciliar do rio Itapocu e o plantio de mais de 2000 mudas de árvores frutíferas e nativas, incluindo o Pau-Brasil



A água usada pela fábrica (ao fundo) forma um lago onde proliferam vitória-régias e peixes

Mirela Maria Vieira

A gestão ambiental para permitir o desenvolvimento sustentável, integrada a ações de conscientização junto à comunidade, nasceu junto com a empresa fundada em 1991 pela família, numa área que desde 1920 pertence aos Lunelli. “Investir nesta área é uma questão de atitude. Tem que integrar a história da empresa, se não as ações tornam-se passageiras”, resume a gerente de Recursos Humanos e Marketing, Adenilda Sievers.

Os programas, ações e investimentos na preservação e conscientização ambiental foram acontecendo quase que

simultaneamente, de forma gradativa, e ancorados na observação e paciência sobre os resultados. Em 1992, as margens do rio Itapocu, que corta toda a região de Corupá e Jaraguá do Sul, estavam em estado adiantado de degradação, devido à erosão provocada pelas seguidas cheias. Em 1995, a Lunelli investiu 1,4 milhão de dólares na recomposição da mata ciliar, num trecho de 540 metros de margem, utilizando a técnica de muros de gabões, desenvolvida por uma empresa italiana, que permite o plantio integrado de mata. Duas mil mudas de árvores foram plantadas e hoje as margens estão totalmente recuperadas.

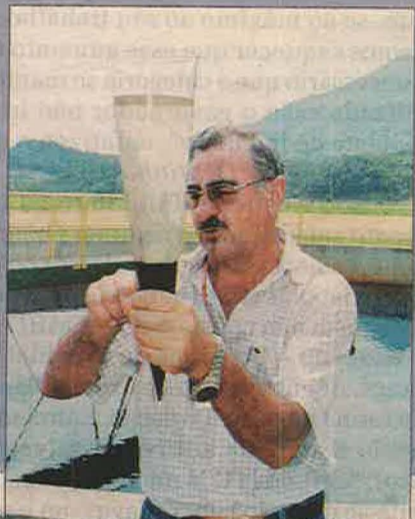
Selo verde para a área têxtil

Produzindo uma média mensal de 500 toneladas de tecidos beneficiados – da elaboração das peças ao tingimento e acabamento –, a Lunelli precisa atualmente de 140 metros cúbicos de água por hora. “Entrego a água para a produção mais limpa do que ela chega”, diz o químico José Adão, orgulhoso e ciioso “pai” das duas estações que tratam os chamados efluentes, nas pontas inicial e final da produção.

O líquido que resta do processo, principalmente do tingimento, não lembra nem de longe a água entregue por Adão. Mas, depois de passar por várias lagoas, que reduzem a temperatura, decantam e oxigenam, a água chega a um grande lago – onde proliferam vitória-régias e peixes, além de atrair diversos tipos de aves –, e deste sai naturalmente em direção ao rio Itapocu. O índice de redução na carga orgânica dos despejos industriais chega a 95%, superando os padrões exigidos pelos órgãos ambientais. O lodo

que sobra do processo é prensado e levado para a Companhia Catarinense de Resíduos Industriais, em Joinville, a um custo de R\$ 156 por tonelada.

O sistema de tratamento custou cerca de 1,5 milhão de dólares, e consome R\$ 80 mil mensalmente em sua manutenção. “Vale a pena, mas é fato que encarece o produto na ponta final. Meu sonho é ver o “selo verde do setor têxtil” implantado em Santa Catarina”, conclui.



Adão e a água “quase pronta” para voltar ao rio, e o líquido em seus primeiros estágios de tratamento

Plantando sementes

A postura da Lunelli, que também arrenda grandes áreas em volta da fábrica para famílias que produzem arroz irrigado, já integra o cotidiano das comunidades a sua volta. A educação e conscientização ambiental foi a área escolhida pela empresa para interagir diretamente com a comunidade, através do projeto *Preservar é Amar*, no qual investe uma média de R\$ 23 mil a cada ano.

Concursos de redação, distribuição de cartilhas com o personagem Nono Lunelli, gincanas, exposições de trabalhos feitos com sucata, palestras sobre responsabilidade ambiental e verdadeiras aulas dadas por José Adão, que durante 15 anos foi professor de Química, integram o projeto. As duas edições já realizadas, a primeira no ano passado, envolveram 11.500 crianças da rede pública estadual e municipal de Corupá e Jaraguá do Sul. “É absolutamente recompensador. A empolgação destas crianças é estimulante”, derrete-se Adenilda. No final, ganham prêmios os alunos e as escolas. O retorno do trabalho é resumido por Adão através de uma comparação. “Se plantarmos 500 sementes e apenas 10 transformarem-se em frutos, devemos nos sentir gratificados”.

blica estadual e municipal de Corupá e Jaraguá do Sul. “É absolutamente recompensador. A empolgação destas crianças é estimulante”, derrete-se Adenilda. No final, ganham prêmios os alunos e as escolas. O retorno do trabalho é resumido por Adão através de uma comparação. “Se plantarmos 500 sementes e apenas 10 transformarem-se em frutos, devemos nos sentir gratificados”.

